

Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo

**Relatório Anual de
Monitoramento e Avaliação**

Ciclo 2019

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (coordenador)

Pablo Silva Lira (em exercício)

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Lenise Menezes Loureiro

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Nelci do Belem Gazzoni

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Denio Rebello Arantes

Equipe Técnica

Frederico Guilherme Nogueira

Kátia Cesconeto de Paula

Kiara de Deus Demura

Latussa Laranja Monteiro

Ligia da Motta Silveira Borges

Magnus William de Castro

Marlon Neves Bertolani

Michele Gasparini de Miranda

Pablo Medeiros Jabôr

Victor Nunes Toscano

Thiago de Carvalho Guadalupe

Sumário

1. Apresentação	4
2. Introdução	7
3. O Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2019	8
4. Acompanhamento das Avaliações	9
4.1. Escola em Tempo Integral.....	9
4.2. Bolsa Capixaba.....	12
4.3. Nossa Bolsa	19
4.4. Reflorestar.....	27
4.5. Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.....	32
4.5.1. Programa Patrulha Maria da Penha.....	32
4.5.2. Programa Homem que é Homem.....	35
4.6. Funcultura	39
4.7. Rede Cuidar.....	44
4. Considerações Finais	46
5. Referências Bibliográficas.....	47



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. Apresentação

O governo do estado do Espírito Santo elaborou o Planejamento Estratégico 2019-2022 trazendo programas e políticas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, organizados em plano de médio prazo, tendo como principal alicerce o Plano Plurianual. A Constituição Federal em seu art. 165 e por simetria a Constituição Estadual no art. 150, §1º, estabeleceu que o Plano Plurianual – PPA será elaborado de forma regionalizada e estabelecerá diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, direta e indireta, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

As políticas e programas presentes no PPA devem ser monitoradas e avaliadas para observância de cumprimento dos resultados esperados, ocasionando maior compreensão das suas políticas, auxiliando nas tomadas de decisões dos gestores públicos e controle social.

Ciente dessa importância, o governo do estado sancionou a Lei nº 10.744, em 05 de outubro de 2017, instituindo o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo – SiMAPP, cujos objetivos são: institucionalizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário; aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual e melhorar a qualidade do gasto público, sendo tais objetivos em estrita consonância com os princípios da economicidade, eficácia e da eficiência, esses previstos no art. 37 da Carta Magna.

Assim, para que o sistema seja operacionalizado, a Lei supracitada estabeleceu que o SiMAPP será composto pela Comissão de Análise Estratégica, Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Órgãos Finalísticos.

A Comissão de Análise Estratégica (CAE) é responsável por selecionar anualmente as políticas públicas a serem monitoradas e avaliadas, de acordo com a estratégia governamental estabelecida no Plano Plurianual. Os seguintes Secretários de Estado, sob a presidência do primeiro, compõem a CAE: Secretário de Economia e Planejamento, Secretário de Governo; Secretário de Desenvolvimento; Secretário da Educação; Secretário da Saúde e Secretária de Gestão e Recursos Humanos. Frisa-se que as políticas selecionadas pela comissão posta em tela compõem o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação (M&A) vinculado ao ciclo de planejamento e orçamento do estado, instituído mediante Decreto Estadual.

Já o Núcleo de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas - NUMA, é responsável pela coordenação e execução do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação, sendo composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades, sob a coordenação do primeiro: Instituto Jones dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(IJSN); Secretaria de Economia e Planejamento (SEP); Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER); Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

Por fim, os Órgãos Finalísticos são executores das políticas públicas no Poder Executivo Estadual e têm como responsabilidade definir as ações necessárias para aprimorar os resultados das políticas monitoradas e avaliadas a cada ciclo de M&A.

É oportuno ressaltar que a CAE é formada por Secretarias de Estado estratégicas do governo, responsáveis por políticas primordiais para o desenvolvimento econômico e social do estado e de gasto considerável do orçamento estadual. Já o NUMA é formado por Secretarias vinculadas à gestão de pessoas e orçamento e instituições vinculadas à pesquisa e formação de servidores. Propicia-se assim uma avaliação e monitoramento de políticas essenciais para a população capixaba por instituição técnica e a disseminação da cultura do monitoramento e avaliação para servidores públicos por meio de capacitação.

Frisa-se que, anualmente, é publicado um relatório sintético das políticas monitoradas e avaliadas estabelecidas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, em conformidade com o art. 8º, §1º da Lei nº 10744/2017. Na condição de coordenação do NUMA, o IJSN desenvolve e apresenta o presente relatório.

Em tempos de restrição fiscal, é imperativo melhorar o gasto público e ao mesmo tempo aprimorar as políticas, programas e projetos. Assim, aguardar o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação poderia dificultar a rápida melhoria das políticas. Dessa forma, foi criado o Grupo Executivo de Trabalho, por meio da Instrução de Serviço Conjunta IJSN/SEP/SEFAZ/SEGER/SESA/FAPES/ESESP/SEDH/SEAMA/SESP/SEJUS/SETADES/SEDU nº 049, de 03 de maio de 2018, publicado na Imprensa Oficial em 24 de maio de 2018, tendo como principal objetivo prestar informações para desenvolvimento do monitoramento da política selecionada e discutir os resultados e as recomendações da avaliação para o aperfeiçoamento da política pública.

Esse grupo realiza reuniões bimestrais para cumprir os objetivos propostos e dessa maneira é possível ir aprimorando a política já no decurso da pesquisa e tendo maior celeridade no recebimento de informações primordiais dos órgãos finalísticos.

Por fim, para auxiliar essa estrutura de governança, em 2018, foi elaborado o Guia para Avaliar Políticas Públicas, que nada mais é do que um roteiro com orientações sobre como planejar o M&A. O mencionado guia e toda a documentação relativa ao SiMAPP encontra-se publicada e disponível para download no site oficial do IJSN¹, cumprindo o preceito da transparência da administração pública, além de fomentar a gestão do conhecimento sobre cultura de M&A.

<http://www.ijsn.es.gov.br/cma/publicacoes>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Espera-se que as pesquisas após finalizadas consigam auxiliar em escolhas mais assertivas sobre quais políticas precisam ser aprimoradas e quais podem ser expandidas e elevar o padrão da qualidade da prestação do serviço à população capixaba e do gasto público.

O SiMAPP vem a cada ciclo buscando aprofundar os resultados das pesquisas e ser mais transparente, em uma linguagem mais usual para que qualquer cidadão possa exercer o controle social.

É uma das premissas a disseminação da cultura do M&A, logo, no ano de 2019 foram realizados seminários para debater resultados das pesquisas monitoradas e avaliadas. Vejamos:

- Workshop: Políticas de Reintegração do Preso e Egresso no Espírito Santo, com apresentação do Sumário Executivo elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em parceria com a Secretaria de Justiça (SEJUS).

- Seminário com a apresentação da Análise das Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, realizado pelo IJSN, com a participação da Gerência de Proteção à Mulher da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), da Coordenação do Programa "Homem que é Homem" e da Coordenação Operacional do Programa "Patrulha Maria da Penha".

O SiMAPP tem sido visto como *case* de sucesso e por isso foi apresentado no XII Seminário Internacional da Rede de Gestão de Resultados em Governos Subnacionais da América Latina e Caribe, no painel "Os desafios da institucionalização de sistemas de Monitoramento e Avaliação".

Na Semana de Avaliação gLocal promovida pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e África Lusófona (Clear), evento internacional, que ocorrerá no mês de junho de 2020, o IJSN, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizará o "Seminário Políticas Públicas baseadas em evidências: Relevância da integração institucional do M&A".

O Espírito Santo tem mostrado que está cada vez mais comprometido em realizar políticas públicas por meio de evidências científicas, podendo exemplificar o Planejamento Estratégico do governo do estado em que as ações prioritárias são monitoradas por meio de indicadores e as decisões referentes ao controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) estão sendo implementadas com base em estudos e análise de dados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. Introdução

O Sistema de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas – SiMAPP completou seu segundo ciclo. O primeiro ciclo foi criado pelo Decreto nº 4.202-R, de 09 de janeiro de 2018, publicado na Imprensa Oficial em 10 de janeiro de 2018, sendo que seu Relatório de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas já contribuiu com melhorias nas políticas selecionadas a época.

O Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação – ciclo 2019 foi instituído por meio do Decreto nº 4.409, de 12 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial em 15 de abril de 2019, em que as políticas públicas selecionadas foram: Escola em Tempo Integral; Bolsa Capixaba; Nossa Bolsa; Reflorestar; Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; Funcultura e Rede Cuidar.

Considerando o fim do ciclo 2019, este Relatório Anual busca auxiliar sobre os avanços na qualidade do gasto público, informando as sínteses das avaliações e monitoramentos já realizadas, classificando as políticas públicas quanto ao desempenho e à reformulação, quando necessário.

As pesquisas vinculadas ao Plano posto em tela, tiveram como linhas de avaliação a Análise Executiva, Avaliação de políticas em andamento e Monitoramento, conforme será observado nos capítulos posteriores.

Frisa-se que a Análise Executiva é uma pesquisa realizada a partir de dados secundários e registros administrativos, com o objetivo de averiguar se a performance da política é satisfatória ou se é necessário realizar uma avaliação mais aprofundada;

Já a Avaliação de políticas públicas em andamento trata de avaliar o desenho (objetivos, componentes de produção, população alvo, beneficiários efetivos, período de execução, âmbito territorial, fontes de financiamento e outros aspectos importantes que caracterizam a política ou programa), a gestão e os resultados do programa, analisando a consistência do desenho e dos resultados esperados.

O Monitoramento se caracteriza pelo acompanhamento e registro regular do andamento de um projeto, um programa ou uma política, que poderá ser realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, trazendo informações sobre o desempenho, com o objetivo de identificar medidas corretivas.

O presente relatório, elaborado pelo IJSN na condição de coordenação do NUMA, não tem o condão de apresentar relatórios finais exaustivos das pesquisas de monitoramento e avaliação. Para cada política pública analisada serão apresentadas uma breve descrição da política ou programa, a metodologia de pesquisa utilizada, o andamento da pesquisa e os resultados preliminares.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3. O Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2019

O Decreto nº 4.409-R, de 12 de abril de 2019, publicado na Imprensa Oficial do Estado em 15 de abril de 2019 estabeleceu o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação - ciclo 2019, sendo previstas as seguintes políticas (ESPIRITO SANTO, 2019), conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Políticas a serem avaliadas e monitoradas em 2019

Área de Resultado	Política Pública
Avaliações de Políticas em Andamento	
Educação para o Futuro	Escola em Tempo Integral
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	Bolsa Capixaba
Desenvolvimento Econômico	Nossa Bolsa
Agricultura e Meio Ambiente	Reflorestar
Análises Executivas	
Desenvolvimento Social	Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Funcultura
Monitoramento	
Saúde Integral	Rede Cuidar

Fonte: Decreto nº 4.409-R/2019



4. Acompanhamento das Avaliações

A presente seção tem como objetivo apresentar as pesquisas relativas ao monitoramento e avaliação das políticas estabelecidas no ciclo 2019. Dividida em 7 (sete) subseções que descrevem brevemente as políticas em tela, as percepções dos pesquisadores envolvidos, as metodologias, instrumental e dados utilizados nas pesquisas, bem como o estágio de elaboração e os resultados detectados até o momento. Os aspectos e resultados dessas pesquisas são apresentados em uma linguagem mais acessível, visando promover o controle social e reforçar a cultura do M&A.

4.1. Escola em Tempo Integral

Pesquisa coordenada pelo servidor Magnus William de Castro²

4.1.1. A Política

A oferta de ensino em tempo integral no Espírito Santo é de responsabilidade da Secretaria da Educação (SEDU). Iniciada em 2015³, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, e ao Plano Estadual de Educação do Espírito Santo (PEE/ES), Lei nº 10.382, cuja Meta 6 (seis) preconiza “oferecer educação integral e de tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, tanto as do campo quanto as da cidade, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) estudantes da educação básica”.

A partir da Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, implementou-se o Programa Escola de Tempo Integral no estado e estabeleceram-se novas diretrizes, conforme art. 2:

- I - ampliar tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado;
- II - aumentar a proficiência relativa aos conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e cada disciplina e o fluxo dos estudantes, visando diminuir a evasão escolar e o abandono;
- III - formar crianças, adolescentes e jovens autônomos, críticos e participativos;
- IV - fomentar o diálogo entre Poder Público, Comunidade Escolar e Sociedade Civil; e
- V - promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da infância, adolescência e juventude, considerando o corpo, a mente e a vida social.”

² Especialista em Estudos e Pesquisa Governamentais e Mestre em Economia Aplicada

³ Denominada à época Escola Viva.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Segundo informações da SEDU, desde sua gênese o Programa propõe inovações curriculares, no tempo dedicado à escola e no ambiente escolar, que pretendem propiciar “experiências educacionais profundas” para contribuir na formação dos alunos.

Com a publicação da Portaria nº 145-R, de 19 de dezembro de 2019, regulamentou-se a oferta de educação em tempo integral na rede estadual de ensino. São previstas duas modalidades de carga horária diária para os estudantes do Ensino Médio: a de 9h30min e a de 7h diárias. Os alunos matriculados na carga horária menor podem cursar o ensino técnico integrado e disputar vagas de estágio exclusivas para os estudantes desta modalidade no Programa Jovens Valores⁴.

Em 2020 o número de escolas se ampliou de 36 para 62 escolas⁵, distribuídas por 34 municípios do Espírito Santo, das quais são 49 escolas com oferta de 9h30min e 13 escolas com oferta de 7h.

4.1.2. A Avaliação

O objetivo é realizar a Avaliação de Impacto do programa, com foco nos indicadores de rendimento, desempenho e probabilidade de acesso ao ensino superior dos alunos de escolas de ensino médio em tempo integral, em relação aos estudantes das escolas de tempo parcial. Por meio da pesquisa, espera-se produzir informações qualificadas como suporte para a avaliação e monitoramento da política pública e, por fim, auxiliar os gestores na tomada de decisão.

A metodologia de pesquisa previa a Avaliação de Impacto Não Experimental, comparando os grupos que ingressaram no Ensino Médio pela rede regular (grupo de controle) e os matriculados no tempo integral (grupo de tratamento). Com a aplicação, nos dois grupos, do método Escore de Propensão sobre os dados do questionário socioeconômico do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), os alunos seriam pareados e alocados nos grupos comparativos. Esperava-se, então, aplicar o método de diferenças em diferenças aos grupos, antes e depois do ingresso no Ensino Médio, para se observar o impacto nos indicadores listados.

Considerando a descontinuidade de relatórios e base de dados utilizados na pesquisa, além de uma parcela expressiva dos alunos que não possuía a identificação pelo código Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para os anos de 2011 a 2015, restou impossibilitada a construção dos grupos comparativos da pesquisa e o acompanhamento do aluno no decurso da educação básica. Uma vez verificada a indisponibilidade destes dados, a coordenação da pesquisa buscou, reiteradamente, alternativas para contornar tal adversidade. Não alcançando sucesso, foi construída e proposta uma alternativa metodológica que encontra-se em análise do Órgão Finalístico.

⁴Decreto nº 4577-R, de 11 de fevereiro de 2020.

⁵ Portaria nº 026-S, de 14 de fevereiro de 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Mediante a constatação de excesso de vagas no tempo integral, nos primeiros anos do programa (2016-2018), foi realizada uma análise qualitativa com vistas a compreender aspectos motivacionais para baixa adesão ao modelo pela comunidade escolar. A metodologia utilizada incorporou técnicas no Quadro 2.

Quadro 2 – Metodologia qualitativa da pesquisa

Metodologia		Perfil dos Participantes	Nº de Grupos Focais ou Entrevistas	Nº de Participantes ou Entrevistados
Grupos Focais	Grupo Focal 1	Estudantes que retiraram as matrículas da escola após implementação do programa	07	64
	Grupo Focal 2	Estudantes que mantiveram as matrículas após a implementação do programa	03	38
Entrevistas em Profundidade	Entrevista em Profundidade	Gestores das escolas analisadas	03	03
	Entrevista em Profundidade	Professores que permaneceram nas escolas em tempo integral	05	05
	Entrevista em Profundidade	Professores que mudaram de escola após a implementação do programa	05	05
	Entrevista em Profundidade	Pais/responsáveis pelos estudantes que saíram das escolas em tempo integral	15	15
Total	Grupo Focal		10	102
Total	Entrevista em Profundidade		28	28

Fonte: Elaboração própria.

A SEDU elegeu 3 (três) escolas⁶, nas quais foram realizados contatos com os interlocutores da pesquisa (gestores, educadores, estudantes e responsáveis). Por meio de entrevistas, foi possível observar os fluxos de implementação das escolas em tempo integral, bem como as motivações para permanência ou não de professores e estudantes.

É importante relatar que os professores entrevistados que permaneceram nas escolas de tempo integral destacam as vantagens do programa como a maior aproximação e possibilidade de desenvolvimento do estudante devido ao tempo de permanência na escola, bem como a melhoria no ambiente escolar. Já os professores egressos não permaneceram nas escolas devido

⁶ As escolas foram selecionadas utilizando dois critérios: estar localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com vistas a reduzir os custos da pesquisa, e ter maior número de estudantes que requisitaram transferência quando a escola passou a adotar turno de tempo integral.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

aos conflitos profissionais, à formação acadêmica em andamento, além daqueles que atuavam em mais de um turno, localidades e redes de ensino diferentes.

Por meio da pesquisa, pôde-se observar possível falha na comunicação entre a SEDU e a comunidade (alunos e familiares, professores e diretores). Com relação aos grupos focais de discentes, foi constatado a ausência do real conhecimento do projeto pois os alunos não tiveram informação suficiente para auxiliar na adesão pela modalidade de escola em tempo integral. Ademais, havia alunos com expectativa de ingresso no mercado de trabalho ou que já realizavam no contraturno atividades laborativas, prática de esportes, qualificação profissional, línguas estrangeiras, entre outras.

A partir dos resultados da pesquisa, a SEDU replanejou a oferta de educação em tempo integral no Espírito Santo. Por meio da Lei Complementar nº 928/2019, os estudantes de Ensino Médio, podem optar por diversas modalidades, dentre as quais o Ensino Médio regular, o Novo Ensino Médio na Grande Vitória (previsão de expansão para toda a rede até 2022, em substituição ao Ensino Médio regular) e a Educação em Tempo Integral, nas modalidades 9h30min e 7h. Além do currículo educacional ampliado, como visto, os alunos do tempo integral – 7h contam com ensino técnico integrado e possibilidade de ingresso no mercado de trabalho pelo programa Jovens Valores.

Em relação aos professores, a contratação para o tempo integral não impede o trabalho no contraturno, na modalidade de 9h30min o professor pode dar aula no período noturno e na modalidade de 7h ele pode dar aula pela manhã e à noite. Além disso, durante o turno do tempo integral, a carga horária de trabalho do professor é preenchida tanto pelas aulas quanto pelas demais atividades desenvolvidas dentro da escola. Este modelo também favorece o aluno que pode contar com a presença de seu docente por mais tempo.

4.2. Bolsa Capixaba

Pesquisa coordenada pelo servidor Victor Nunes Toscano⁷.

4.2.1. A Política

O Projeto Bolsa Capixaba, iniciado em janeiro de 2012 e gerido pela Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), integra o Programa Incluir como uma ação de transferência direta de renda a famílias extremamente pobres no Estado do Espírito Santo.

O problema central abordado pelo Projeto Bolsa Capixaba é a existência de cento e vinte e três mil famílias em situação de extrema pobreza no Espírito Santo em 2017, de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A linha de extrema

⁷ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Mestre em Economia.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pobreza adotada no projeto é a do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - R\$89,00 (oitenta e nove reais) per capita.

Nos dias de hoje, o Bolsa Capixaba complementa a renda per capita das famílias extremamente pobres com criança de 0 a 6 anos de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Espírito Santo até as famílias alcançarem a renda mensal por pessoa de R\$ 109,00 (cento e nove reais), incluindo o valor que a família recebe do PBF.

4.2.2. A Avaliação

Inicialmente, a avaliação do Projeto Bolsa Capixaba teve como objetivo entender o impacto do projeto na qualidade de vida das famílias e em suas estratégias de sobrevivência. A expectativa era de que, dada a situação precária das famílias, os ganhos marginais de renda tenderiam a melhorar as condições de vida de seus beneficiários. Após a realização do primeiro trabalho de campo, foram identificadas várias dificuldades práticas e metodológicas que poderiam comprometer a realização da Avaliação de Impacto do modo inicialmente proposto.

Foram previstas possíveis mudanças na operacionalização do Bolsa Capixaba, por parte da SETADES. Conforme informação da secretaria executora do programa, estuda-se alterar o agente operador dos pagamentos dos benefícios do Bolsa Capixaba para o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES). Esse fato alteraria a premissa para realização de uma avaliação de impacto: a operacionalização da política não pode sofrer alteração durante a pesquisa, sob penalidade de não gerar resultados estatisticamente significativos para a avaliação.

No contexto de mudança prevista na política, identificou-se, conjuntamente com a SETADES, a oportunidade de utilizar as informações coletadas em 2018, durante a construção da linha de base, para subsidiar melhorias na execução do Bolsa Capixaba. Dessa forma, foi proposta uma alteração do tipo de avaliação a ser realizada pela equipe, passando de uma Avaliação de Impacto para uma Avaliação de Desenho da política.

A necessidade de mudança metodológica tornou-se imperiosa para a execução do projeto de pesquisa, cuja continuidade nos moldes iniciais, poderia configurar como dispêndio desnecessário de recursos públicos.

Com esse esforço foi possível manter o objetivo inicial de pesquisa, qual seja, buscar o aperfeiçoamento da política de transferência de renda do estado, de modo que os recursos transferidos às famílias melhorem a segurança alimentar e de renda. Assim, a partir da análise da efetividade atual na transferência de renda ao público elegível, pretende-se apresentar um redesenho da política buscando maior eficiência na utilização do recurso público.

Para subsidiar as recomendações, são utilizados os dados das 1.183 (um mil, cento e oitenta e três) entrevistas realizadas na construção da linha de base. Os resultados foram analisados e consolidados em um relatório parcial.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A pesquisa está prevista para terminar em novembro de 2020. Para tanto, durante o ano de 2019, foi produzido o relatório parcial que contém uma análise mais aprofundada dos dados coletados no primeiro campo da pesquisa e um aparato conceitual do programa.

Em especial, as informações relativas às duas escalas de aferição: [1] os níveis de segurança alimentar e [2] a renda da família, que compõem um importante elemento para subsidiar a melhoria no desenho da política. Alguns resultados preliminares provenientes da pesquisa de campo apontaram o grau de vulnerabilidade relacionada ao acesso à alimentação e à renda.

Em relação ao acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas, 88% das famílias entrevistadas estavam em situação de insegurança alimentar, resultado muito acima da média brasileira que é 23%.

O cenário de insegurança alimentar encontrado a partir do relatório parcial justifica a importância de se atentar para a insuficiência de renda das famílias beneficiárias do Bolsa Capixaba, de forma que realidades e níveis de insegurança sejam mitigados. Para tanto, a avaliação também apresenta dados e reflexões no que diz respeito a condição de renda e consumo das famílias. No caso do acesso à renda, 98% dos domicílios entrevistados apresentaram algum grau de insegurança de renda, reflexo principalmente da instabilidade dos rendimentos auferidos pelas famílias beneficiárias tanto do Bolsa Família quanto do Bolsa Capixaba.

Quanto ao consumo e rendimento dessas famílias, duas análises são descritas de forma a observar os rendimentos provenientes do trabalho e/ou do trabalhando ocasional tanto da pessoa de referência do domicílio, como do domicílio de modo geral. As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados encontrados.

Tabela 1 - Estatística descritiva – Pessoa de referência do domicílio

Variáveis	Média	Desvio padrão	Valor máximo	Valor mínimo	OBS
Trabalho regular	R\$ 563,94	R\$ 432,73	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	208
Trabalho ocasional	R\$ 212,82	R\$ 206,48	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	347
Benefícios do trabalho	R\$ 135,22	R\$ 173,80	R\$ 900,00	R\$ 10,00	34
Renda total do trabalho, com benefícios do trab.	R\$ 374,13	R\$ 381,11	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	522
Pessoas que responderam “Não” ou não soube o valor – trabalho regular					972
Pessoas que responderam “Não” ou não soube o valor – trabalho ocasional					833

Fonte: Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1, referente aos rendimentos da pessoa responsável pelo domicílio mostra que, das 1.183 pessoas de referência, 208 possuem trabalho regular com renda média de R\$ 563,94; 347 pessoas trabalharam de forma ocasional tendo um rendimento médio de R\$ 212,75; e 34



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pessoas receberam benefícios do trabalho, com o valor médio de R\$ 135,22. No que diz respeito ao rendimento total do trabalho, incluindo os benefícios do mesmo, são 522 as pessoas de referência e que possuem um rendimento médio de R\$ 374,13.

Os recebimentos de todos os membros das famílias são evidenciados na Tabela 2:

Tabela 2 - Estatística descritiva – Domicílio

Variáveis	Média	Desvio padrão	Valor máximo	Valor mínimo	Obs.
Trabalho regular	R\$ 961,67	R\$ 726,14	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	435
Trabalho ocasional	R\$ 312,91	R\$ 398,90	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	489
Benefícios do trabalho	R\$ 233,18	R\$ 171,60	R\$ 900,00	R\$ 10,00	109
Renda total do trabalho, com benefícios do trab.	R\$ 755,39	R\$ 821,84	R\$ 10.590,00	R\$ 0,00	790
Outras rendas totais ¹⁰	R\$ 390,66	R\$ 420,34	R\$ 4.150,00	R\$ 30,00	1.142
Renda total do domicílio	R\$ 892,12	R\$ 889,07	R\$ 11.012,00	R\$ 50,00	1.169

Fonte: Elaboração própria.

Dos 1.183 domicílios entrevistados, 435 apresentaram rendimento médio do trabalho regular de R\$ 961,67; em 489 domicílios o recebimento médio com os trabalhos ocasionais demonstrou o valor de R\$ 312,91; 109 domicílios, por sua vez declararam receber benefícios do trabalho, com um valor médio de R\$ 233,18. Para a renda total do trabalho, considerando os benefícios do mesmo, em 790 domicílios o valor médio foi de R\$ 755,39. As demais rendas totais foram identificadas em 1.142 domicílios, resultando no valor médio de R\$ 390,66.

No que diz respeito ao rendimento das famílias, tanto na renda total do domicílio como na do responsável, chama a atenção a diferença entre os valores mínimo e máximo declarados pelos entrevistados em cada uma das variáveis, evidenciando o alto grau de variabilidade da renda dos domicílios da amostra. Observa-se também que a renda total do domicílio advém de diversas fontes – renda da pessoa de referência, renda dos demais membros da família, recebimento das outras rendas.

¹⁰ As outras rendas totais é a soma os recebimentos do Bloco 6, que pode ser consultado no questionário do Relatório Parcial.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desse modo, o relatório parcial traz a reflexão de se pensar o desenho da política levando em consideração a interseccionalidade entre insegurança alimentar, de renda e consumo diante da realidade de vida das famílias beneficiárias.

Além dos respectivos resultados encontrados, o primeiro campo avaliou a focalização da política a fim de mensurar o quanto a mesma, de fato, alcançava o público pretendido tendo como base os critérios de seleção. No que diz respeito a renda, 64% dos domicílios entrevistados declararam rendimento inferior a R\$ 109,00 per capita – se assemelhando ao grau de focalização do Programa Bolsa Família. Além disso, 93% dos domicílios entrevistados atendiam ao critério quanto à incidência de dependentes, que corresponde a necessidade de possuir ao menos um dependente de 0 a 6 anos completos para receber o benefício. Conclui-se que, em comparação à renda declarada, este último apresenta-se como um requisito de seleção mais preciso.

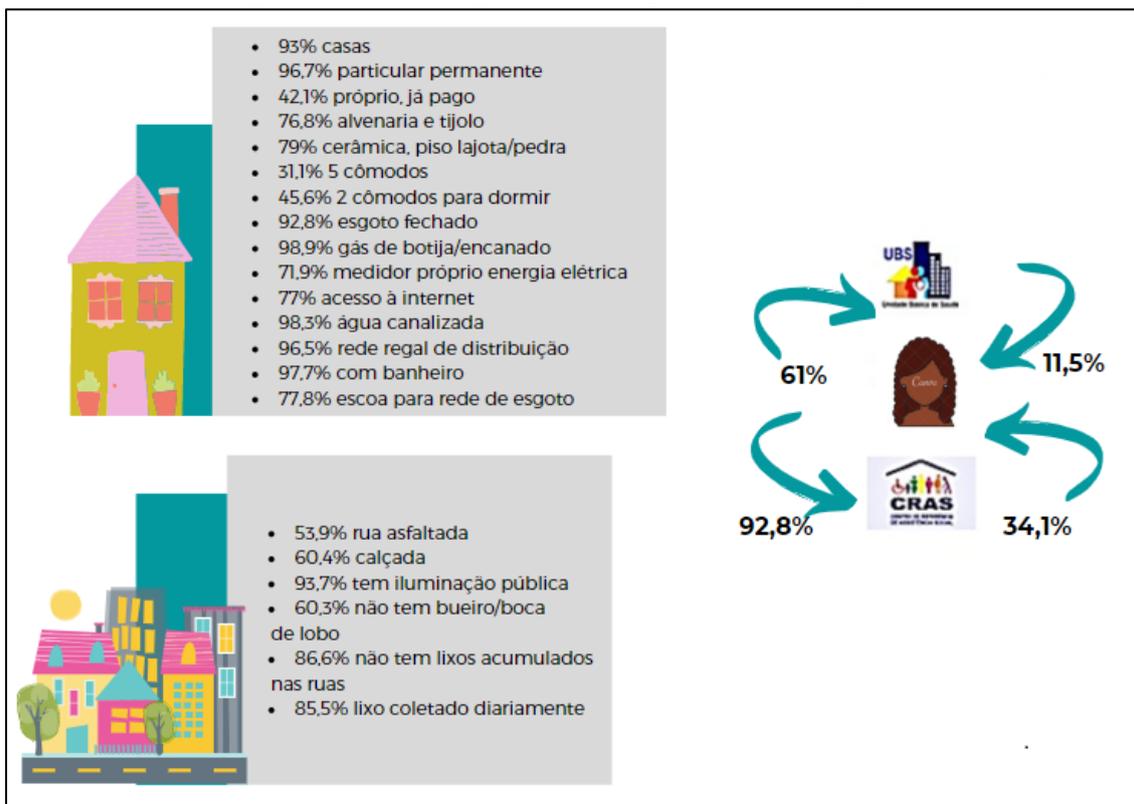
Por outro lado, este resultado é esperado, visto que há uma certa tendência em subestimar rendimentos familiares no que diz respeito a pesquisas domiciliares. Ao mesmo tempo, a inserção de novos membros no Cadastro Único está atrelada a comprovações tidas em documentos – como certidão de nascimento ou identidade. Neste sentido, devido a junção de ambos os critérios, a focalização da política se mensurou em 61%.

A partir do conjunto de dados encontrados enquanto resultado do Relatório Parcial, também foi possível elaborar um perfil de beneficiário e uma série de evidências quanto a características específicas que permeiam os sujeitos contemplados pela política. Para tanto, aspectos ligados a moradia, condições de vida e acesso a bens e serviços públicos foram levados em consideração enquanto evidências. A Figura 1 apresenta uma síntese das evidências encontradas:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 1 - Evidências a partir das condições de vida dos sujeitos



Fonte: Elaboração própria.

Para além das condições de moradia evidenciadas, a observação diante do acesso dos sujeitos aos serviços públicos de assistência social e saúde se faz interessante ser observada. A figura mostra que, em sua maioria, os sujeitos frequentam o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (92,8%) e a Unidade Básica de Saúde (61%). Por outro lado, os serviços públicos não conseguem chegar até essas pessoas como deveriam.

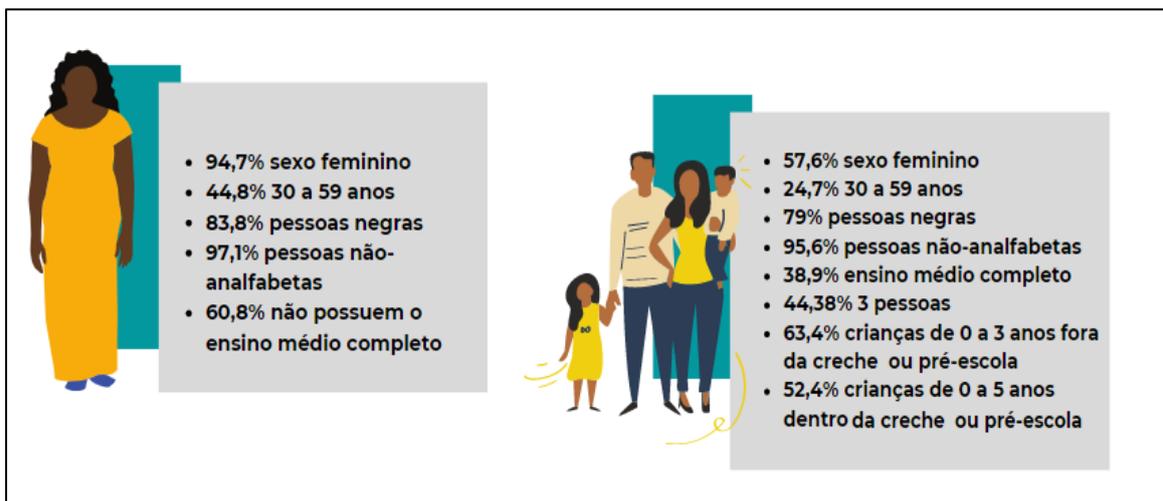
Além destes atributos encontrados como evidências, para se formular as condições de vida e o perfil do beneficiário, outros pontos relacionados ao sujeito também foram levados em consideração no que diz respeito a identidade de gênero, raça, idade e acesso à educação.

As características com maior percentual constituíram o que se denominou como perfil. Este, por sua vez e como apresenta a Figura 2, se desmembrou em dois sujeitos-perfil diferentes, que representam: (1) o responsável familiar que recebe o benefício e (2) os demais membros de família que usufruem da política.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 2 - Perfil de beneficiários



Fonte: Elaboração própria.

Tal construção se faz importante no sentido de se pensar o redesenho do Bolsa Capixaba. Acredita-se que, para além de um problema e objetivos da política bem definidos – assim como um modelo lógico construído com base em atividades, produtos, resultados e impactos esperados – é importante que se tenha um perfil do beneficiário bem delimitado que o alcance dos benefícios de uma política bem desenhada seja ampliado.

Em paralelo, se tem trabalhado na construção de uma avaliação de redesenho do programa. Por meio de reuniões semanais, dinâmicas e discussões para reformulação da política, os esforços foram concentrados no mapeamento de casos que pudessem basear a proposição de um modelo lógico da política. Este trabalho, conta com o levantamento de políticas que possuam os mesmos moldes do Bolsa Capixaba, bem como o levantamento de avaliações de programas de transferência de renda. O Quadro 3 abaixo mostra o resumo das políticas estaduais adotadas pelas Unidades Federativas brasileiras.

Quadro 3 - Quadro comparativo de programas estaduais de transferência de renda

Nome do programa	UF	Objetivos
Bolsa Capixaba	ES	Transferência direta de renda a famílias extremamente pobres no estado do Espírito Santo.
Panela Cheia	MT	Atender a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único, mediante transferência de benefício financeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Família Paranaense	PR	Articular as políticas públicas de várias áreas do Governo por meio de uma rede integrada de proteção às famílias, visando o desenvolvimento, o protagonismo e à promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade; ofertar um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside; e promover autonomia e protagonismo das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade.
RS mais igual	RS	Reduzir os índices de vulnerabilidade econômica e social no Rio Grande do Sul, com enfoque na erradicação da pobreza extrema.
Santa Renda	SC	Complementar o valor do benefício do Programa Federal Bolsa Família.
DF Sem Miséria	DF	Redução das desigualdades sociais e superação da extrema pobreza; elevação da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre; oferta de serviços públicos voltados às famílias pobres e extremamente pobres, compreendendo: a) segurança alimentar e nutricional; b) assistência social; c) habitação e saneamento; d) educação; e) saúde; geração de trabalho, emprego e renda, visando à promoção social das famílias pobres e extremamente pobres.
Adjunto da Solidariedade	AC	Atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo, prioritariamente até ¼ do salário mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado.
Bolsa Futuro	RO	Eliminar o hiato da extrema pobreza, proporcionando condições dignas de vida às famílias nesta situação, oferecendo-lhes oportunidades para seu pleno desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria.

O estudo comparativo servirá como referência para a formalização do desenho atual do programa, bem como para a produção das recomendações de melhoria. O plano de trabalho previsto para 2020 consiste na finalização do desenho do modelo lógico da política atual, construção de recomendações no desenho da política e apresentação dos resultados das simulações dos diferentes modelos de política propostos.

4.3. Nossa Bolsa

Pesquisa coordenada pelo servidor Magnus William de Castro¹¹.

4.3.1. A Política

O Programa Nossa Bolsa, gerenciado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foi criado em 2006 com a finalidade de conceder bolsas de graduação

¹¹ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Mestre em Economia Aplicada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

em faculdades particulares a estudantes que não possuem condições financeiras de custear o valor das mensalidades. Atualmente, o Programa foi ampliado e, além de ofertar bolsas de graduação presenciais e a distância, disponibiliza bolsas de Pesquisa de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão pelo período de 12 (doze) meses e bolsas de Mestrado por até 24 (vinte e quatro) meses.

O público alvo do Programa abarca estudantes egressos de escolas públicas capixabas ou aqueles que tenham cursado o ensino médio em escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Desde 2006, os candidatos inscritos são selecionados por meio de editais lançados anualmente, em cuja aprovação depende da nota do Enem e do atendimento aos critérios de elegibilidade do Programa, tais como possuir renda mensal per capita de um salário mínimo – para candidatos às bolsas integrais (100%) – ou de até três salários mínimos per capita – no caso dos candidatos às bolsas parciais (50%). As Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Nossa Bolsa estão distribuídas por todo o território do Espírito Santo.

4.3.2. A Avaliação

O objetivo da pesquisa, elaborada em parceria entre o IJSN e a FAPES, é avaliar o impacto do Programa Nossa Bolsa na qualidade de vida dos beneficiários e, assim, auxiliar os gestores na tomada de decisão com informações qualificadas provenientes da pesquisa.

A metodologia desenhada prevê a realização de duas etapas, sob a premissa de aplicação de questionários elaborados para suprir a ausência e atualização de dados de perfil dos candidatos ao Programa, tais como contexto familiar, educação e situação no mercado de trabalho. A aplicação dos questionários buscou atingir os candidatos à bolsa de estudos entre os anos 2006-2015. Este recorte temporal foi definido visando capturar os possíveis impactos da concessão de bolsas no ensino superior e nas condições socioeconômicas dos beneficiários, uma vez que a coleta de dados se deu em 2017.

A primeira etapa da pesquisa corresponde a compreensão do perfil e da situação dos concluintes beneficiados pelo Programa entre os anos 2006-2009.

Na segunda etapa é executada a Avaliação de Impacto do Programa propriamente dita, utilizando-se a resposta aos questionários para o período entre 2010-2015. É utilizado o método Score de Propensão, pareando os indivíduos com características semelhantes e divididos entre grupos amostrais de tratamento (indivíduos selecionados) e de controle (interessados que não foram selecionados), de modo a minimizar problemas de viés de seleção. Com isto, espera-se permitir que a aplicação de técnicas econométricas de estimação capte a existência (ou não) real de impacto do Programa Nossa Bolsa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.3.3. Os Resultados

A entrega do relatório da primeira etapa, com os dados de perfil dos inseridos no Programa Nossa Bolsa para o período 2006-2009, ocorreu em março de 2019. A Figura 3 mostra que das 915 respostas obtidas completas, predominou a presença de indivíduos do sexo feminino, faixa etária de 26-35 anos, pessoas casadas e pertencentes à cor/etnia branca.

Figura 3 - Perfil dos inscritos respondentes no Programa Nossa Bolsa para os períodos 2006-2009



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à segunda etapa da pesquisa, com os inscritos no período de 2010-2015, a Figura 4 mostra o total de inscritos por ano, bem como o total de selecionados e não selecionados no período. Ao todo, o programa teve mais de 70 mil inscrições no período, com destaque para o ano de 2011 com a mínima de inscrições (8.866) e selecionados (1.179), cerca de 13,3% do total. Apesar de 2012 se destacar pela máxima de inscrições (13.482), o percentual de selecionados foi o menor do período (9,3%), sendo que a maior seleção ocorreu em 2014 (2.217), cerca de 18,5%.

Figura 4 – Número de inscritos, selecionados e não selecionados, segunda etapa (2010-2015)



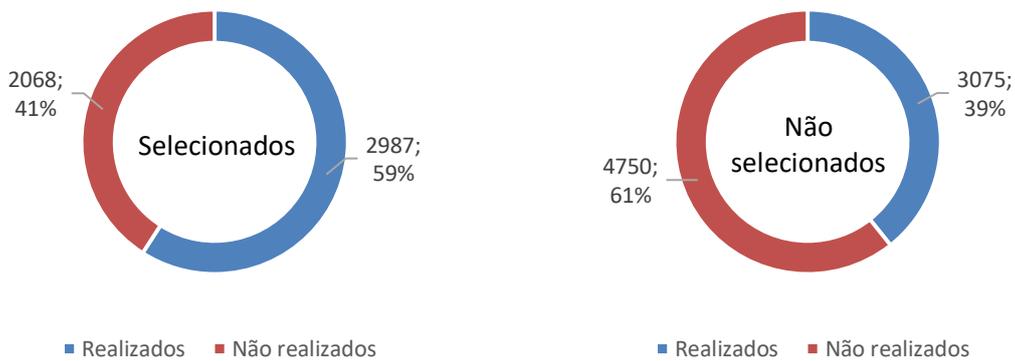
Fonte: FAPES; Elaboração própria.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A conclusão do relatório de campo, relacionado à atualização cadastral da segunda etapa da pesquisa, ocorreu em janeiro de 2020. Visto que a atualização serviria de base para a verificação de impacto do programa, realizou-se um saneamento na base original a partir de critérios como considerar apenas a última inscrição por indivíduo, uniformização de nomes dos cursos, manutenção de indivíduos na base com inscrição em cursos previstos para conclusão até 2017, dentre outros. Dos 12.880 indivíduos restantes (Figura 5), foram alocados 5.055 para o grupo de tratamento (selecionados) e 7.825 para o grupo de controle (não selecionados).

Figura 5 – Atualização cadastral de inscritos no período de 2010-2015, contatos realizados e não realizados



Fonte: Elaboração própria.

Ao longo do período de atualização foram realizadas diversas tentativas para contatar os indivíduos da base de dados, tais como contato telefônico, envio de e-mail, contato por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp (mensagem de texto e ligação), mensagens privadas por meio de redes sociais e plataforma Lattes, dentre outras. Entretanto, a Figura 5 mostra que foram realizados 6.062 contatos completos, atingindo o percentual de sucesso de 59% para o grupo de tratamento e de 39% para o grupo de controle.

Quanto ao perfil dos indivíduos, a Figura 6 mostra que para o período de 2010-2015 a predominância de indivíduos do sexo feminino, faixa etária de 21 a 35, solteiras e da cor/etnia parda ou negra.

Figura 6 – Perfil dos inscritos respondentes no Programa Nossa Bolsa para os períodos 2010-2015



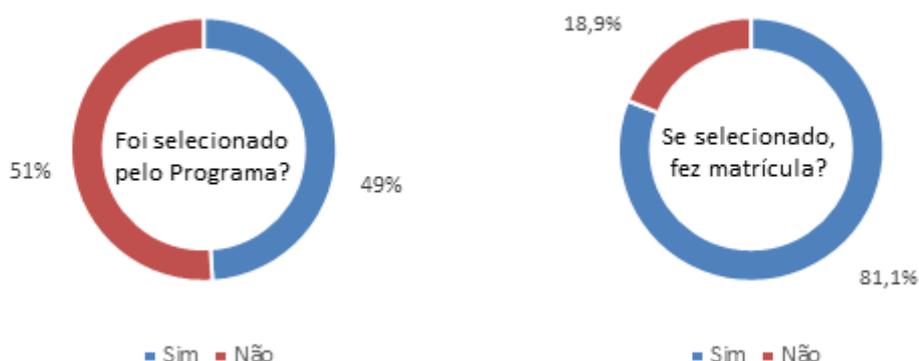
Fonte: Elaboração própria.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em relação ao ingresso no ensino superior pelo Programa Nossa Bolsa, a Figura 7 mostra que aproximadamente 49% dos entrevistados conseguiram a bolsa de estudos pelo programa. Dentre esses indivíduos, grande parte (81,1%) efetivou a matrícula na IES, sendo a desistência motivada por diversas questões, tais como a aprovação em IES pública (29%), obtenção de bolsa de estudos por outros programas governamentais (18,2%) e desistência do curso (8,6%).

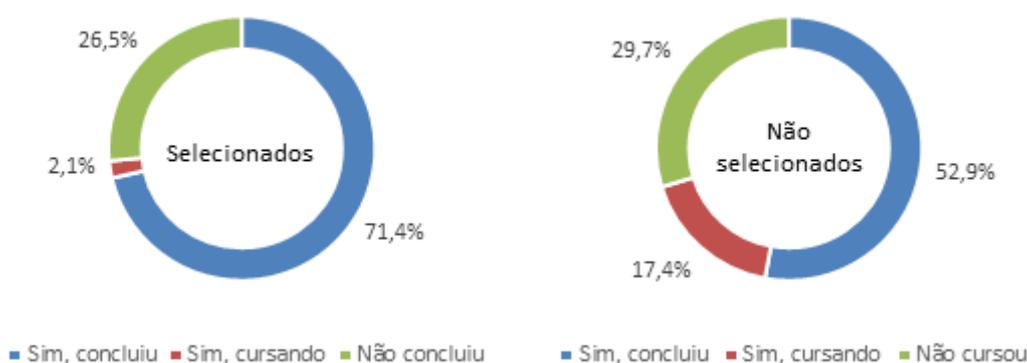
Figura 7 – Seleção e matrícula no Programa Nossa Bolsa, período 2010-2015



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à conclusão do ensino superior, a Figura 8 mostra que a maioria dos selecionados entrevistados concluíram o curso desejado com o auxílio do Nossa Bolsa (71,4%). Quando se observa este cenário entre os não selecionados pelo Programa (2.808 indivíduos), cerca de 70,3% ingressou no ensino superior e 52,9% conseguiu concluir esta etapa de ensino, enquanto 17,4% continua cursando e quase 1/3 não fez curso superior.

Figura 8 – Percentual de conclusão do ensino superior, período 2010-2015



Fonte: Elaboração própria.

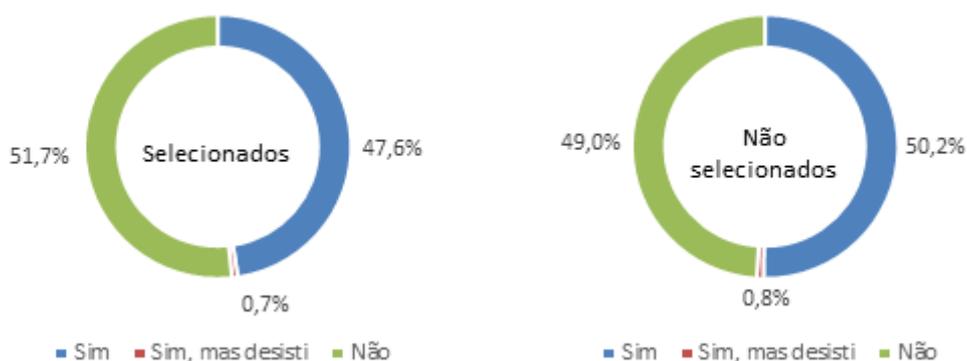
Quando perguntados sobre a continuidade dos estudos após o ensino superior completo (Figura 9), cerca de 47,6% dos 1.558 selecionados pelo Nossa Bolsa ingressaram em algum tipo de curso, principalmente especialização (70,1%), nova graduação (12,7%) e complementação (8,8%).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Entre os não selecionados (1.484), o percentual de indivíduos que deram continuidade aos estudos é maior (50,2%), os quais preferiram ingressar em uma especialização (67,4%), nova graduação (17%) ou mestrado (7,4%).

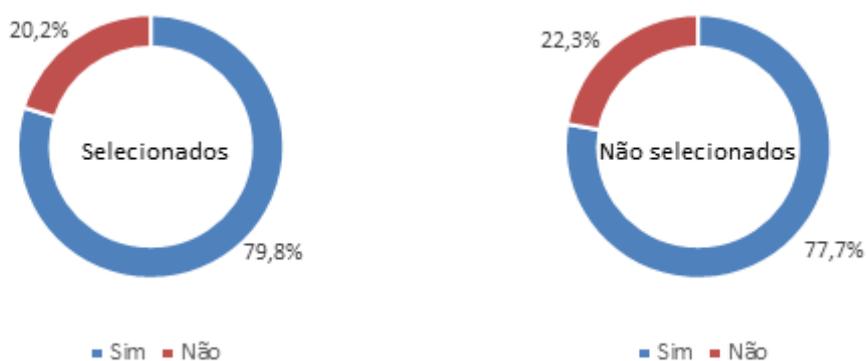
Figura 9 – Percentual de inscritos que continuaram os estudos após a conclusão do ensino superior, período 2010-2015



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao trabalho, os entrevistados foram perguntados se trabalharam ou tinham trabalho na última semana¹² (Figura 10). Entre os selecionados pelo Programa e que responderam positivamente à pergunta o percentual foi de 79,8%, enquanto que entre os não selecionados foi de 77,7%.

Figura 10– Percentual de inscritos que trabalharam ou tinham trabalho na última semana, período 2010-2015



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao tipo de ocupação na última semana¹³, a Figura 11 mostra a predominância de indivíduos com carteira assinada entre os selecionados (51,4%) e não selecionados (54,5%).

¹² Em relação à semana de aplicação do questionário com o(a) entrevistado(a).

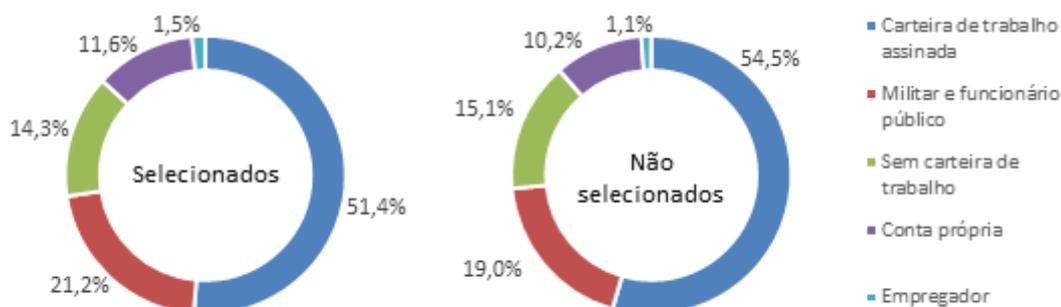
¹³ Em relação à semana de aplicação do questionário com o(a) entrevistado(a).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Embora em percentual menor, alguns desses indivíduos estiveram ocupados como empregador, cerca de 1,5% dos selecionados e 1,1% dos não selecionados.

Figura 11– Percentual de inscritos que trabalharam ou tinham trabalho na última semana, período 2010-2015



Fonte: Elaboração própria.

A partir da atualização cadastral, procedeu-se a aplicação do método Escore de Propensão sobre os dados dos indivíduos dos grupos de tratamento e controle que responderam ao questionário. Com a aplicação deste método, a amostra utilizada para verificação do impacto do programa Nossa Bolsa se reduziu para 872 indivíduos por grupo. Como consequência, os resultados obtidos posteriormente foram inconclusivos, ou seja, não se pôde confirmar estatisticamente se a oferta de bolsas pelo Programa Nossa Bolsa proporcionou uma renda superior aos indivíduos selecionados, quando comparados aos indivíduos não selecionados.

Ainda outro fator pode ter dificultado as análises econométricas. Embora o Programa Nossa Bolsa defina como objetivo atingir o público alvo oriundo de escolas públicas e comprovadamente sem condições de arcar com os seus estudos, o teto da renda domiciliar per capita estabelecido (até 3 salários mínimos) para a seleção dos participantes pode ser considerado amplo.

De acordo com este critério, a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD para os anos 2011-2015 mostram que, em média, 91% da população total do Espírito Santo seria elegível ao Programa. Ainda a partir dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, observa-se que 98,7% dos indivíduos que estudaram em escolas públicas no ano de 2014 poderiam ser contemplados pelo Nossa Bolsa. Desta forma, observa-se um equívoco de focalização, visto que parte dos indivíduos poderiam cursar o ensino superior sem o auxílio do Programa, o que também compromete a construção do grupo de controle, bem como a verificação do impacto do Nossa Bolsa.

Mediante os entraves identificados durante a execução da pesquisa, já foram propostas melhorias referentes ao processo de inscrição, especificamente o cadastro inicial. Como produto, a pesquisa construiu e entregou um questionário de linha de base, o qual está em fase



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de implementação. Espera-se, desta forma, auxiliar no monitoramento e avaliação do Programa Nossa Bolsa, além da redução dos custos de futuras avaliações.

Por fim, a pesquisa identificou outras recomendações:

- Aplicação de questionário aos alunos no término do programa, para observar aspectos relacionados aos cursos;
- Atualização cadastral no término do programa, com o telefone do aluno e de parentes próximos para facilitar futuros contatos e pesquisas;
- Alteração do cadastro para diferenciar as pessoas que efetivamente se inscreveram das que foram selecionadas e declinaram. Esta informação é importante para definir com maior precisão os grupos de tratamento e controle em futuras avaliações, bem como possibilitar saber com precisão a última pessoa selecionada na lista de espera. Importante também registrar o motivo da falta de interesse em ingressar no Programa;
- Alteração do critério de exigência de Ensino Médio realizado no Espírito Santo para comprovante de residência por determinado período no estado. Dessa forma, possibilitaria que imigrantes que já estão no Espírito Santo em um período maior de tempo, e que não possuem condições de realizar um curso superior, pudessem acessar o Programa Nossa Bolsa;
- Permissão de participação para concluintes de cursos técnicos (escolas públicas e particulares) no Espírito Santo;
- Exigência de que as Universidades entreguem Certificados de Conclusão de Curso à FAPES, pois foram identificados casos de alunos que não haviam concluído a graduação, pois ficaram de dependência nos últimos períodos do curso;
- Parceria entre Universidades participantes do Programa Nossa Bolsa e alunos, para possibilitar o financiamento estudantil com descontos no valor da mensalidade. Desse modo, possibilitaria a conclusão do curso para os alunos que realizaram os cursos pelo Programa Nossa Bolsa, mas que tiveram dependência nos últimos períodos dos cursos.

Para o ano de 2020 está prevista a avaliação dos dados e o cruzamento entre as informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS identificada e do banco de dados 2010-2015. A finalidade desta atividade é analisar os grupos de tratamento e de controle para verificar a existência (ou não) de impacto do Programa Nossa Bolsa concernente à empregabilidade dos indivíduos. A pesquisa está prevista para finalizar em 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.4. Reflorestar

Pesquisa coordenada pelo servidor Pablo Medeiros Jabor¹⁴.

4.4.1. A Política

O Reflorestar é um programa coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), por intermédio do Núcleo de Gerenciamento do Programa Reflorestar – NGPR, estrutura criada por meio da Portaria SEAMA No 21-S de 14 de setembro DE 2012. O Reflorestar tem como principal objetivo a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural (através de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) e estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

A meta do Programa é a recuperação de 80 mil hectares, em ciclos anuais até 2020. Essa também é a contribuição do estado para o Desafio 20x20, iniciativa proposta por países da América Latina e Caribe (LAC), na Conferência das Partes (COP 20) no Peru, em 2014, para restaurar e/ou evitar o desmatamento em 20 milhões de hectares.

Sossai et al. (2016, p. 214-220) apresentam a estrutura do Programa Reflorestar em três pilares: fiscalização e monitoramento, gestão e fomento ao produtor. Este estímulo ao produtor rural inclui as seguintes atividades: pagamento por serviços ambientais, assistência técnica ao produtor rural, regulamentação da exploração de produtos da sociobiodiversidade e fortalecimento da cadeia econômica ligada à restauração florestal. O programa se baseia na hipótese de que, se o estado remunerar o produtor rural para que ele conserve ou recupere a cobertura florestal, ocorrerá o incremento das áreas de florestas, o que leva ao aumento da infiltração de água no solo e, conseqüentemente, da disponibilidade e qualidade hídrica.

Além disso, o programa também parte do pressuposto de que, se o estado prover assistência técnica ao produtor rural, este poderá melhorar o uso do solo, substituindo a agricultura tradicional por formas de uso do solo sustentáveis, como sistemas agroflorestais, silvipastoris e de manejo florestal. Dessa forma, também aumentará a infiltração de água no solo, levando ao incremento da disponibilidade e qualidade hídrica.

As primeiras ações do Programa tiveram seu início em 2013, com significativo ganho de escala em 2014 e 2015, com as seguintes modalidades de apoio do Programa: Floresta em Pé, Recuperação Plantio, Regeneração Natural, Sistema Agroflorestal, Sistema Silvipastoril e Floresta Manejada. O produtor rural pode ser beneficiado com uma ou mais modalidades simultaneamente, sendo que o incentivo para a recuperação da cobertura florestal se dá através de recurso para cobrir despesas de implantação das práticas estimuladas, e o Pagamento por

¹⁴ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Doutor em Geografia.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serviços Ambientais (PSA), por sua vez, reconhece os serviços ambientais gerados pelas práticas mantidas e/ou implementadas.

O Programa tem como prioridade as propriedades afetadas pelo déficit hídrico em áreas rurais do Espírito Santo, bem como em áreas urbanas localizadas a jusante das bacias. Todos os anos, ao início de cada ciclo do Projeto, são anunciadas as metas e as áreas prioritárias de atendimento, sendo selecionados os produtores rurais cadastrados.

O repasse dos recursos é feito mediante assinatura de contrato entre o produtor rural e a SEAMA, por meio do qual são pactuados os usos a que se destinam os recursos. Os valores a serem pagos para aquisição de insumos e para o reconhecimento dos benefícios gerados pela floresta serão dimensionados com base em projeto técnico, que fará parte do contrato. Os projetos técnicos somente poderão ser elaborados por profissionais indicados pelo Programa.

4.4.2. A Avaliação

O objetivo do projeto é realizar a avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos ocorridos em decorrência da implantação do Programa Reflorestar. Em particular, a pesquisa busca avaliar os impactos da política de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no comportamento do produtor rural, no que se refere à adoção de práticas amigáveis do uso do solo, na manutenção das áreas de regeneração natural e na variação da cobertura florestal; avaliar a qualidade e disponibilidade hídrica nas áreas atendidas pelo programa; e avaliar os motivos de desistência de proprietários em participar do programa.

Visando uma análise mais completa e ampla das características e benefícios do Programa Reflorestar, a Avaliação foi subdividida em três frentes de Análise: Socioeconômica, Cobertura Florestal e Qualidade e Disponibilidade dos Recursos Hídricos.

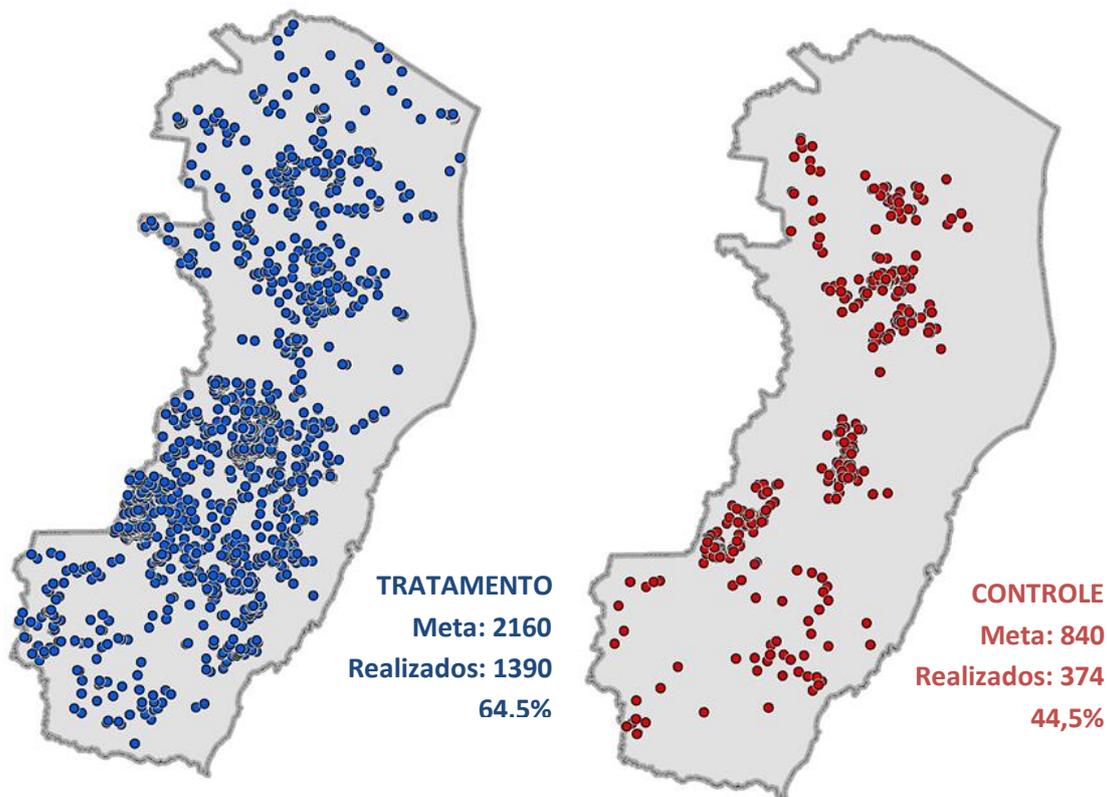
Para a Análise Socioeconômica foram utilizadas as metodologias Avaliação de Impacto Não Experimental e Avaliação Qualitativa. A meta estabelecida no início da pesquisa, foi aplicar 2.160 questionários¹⁵ em propriedades atendidas pelo programa até 2017, que compõem o grupo de tratamento, e 840 questionários em propriedades não atendidas pelo Programa, compõem o grupo de controle. Porém, foram aplicados 1.390 em propriedades atendidas e 374 questionários em propriedades não atendidas pelo Reflorestar, cuja a distribuição territorial pode ser vista na Figura 12 abaixo.

¹⁵ No início da pesquisa, o programa contava com 2.657 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete) contratos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 12 – Distribuição espacial das propriedades dos grupos de tratamento e de controle



Fonte: Elaboração Própria.

Para a Avaliação de Impacto na Cobertura Florestal, foi previsto o mapeamento de uso e ocupação do solo a partir de imagens de sensoriamento remoto, combinado com a análise da evolução nos polígonos de propriedade rural atendidas e nas propriedades do grupo de controle.

Por fim, a Análise de Qualidade e Disponibilidade Hídrica foi realizada a partir de informações da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), da Agência Nacional das Águas (ANA), da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs). As informações advindas das entidades supracitadas, foram complementadas por dados primários levantados pela pesquisa em duas campanhas (período seco e chuvoso) realizadas em pontos de regiões não atendidas pelas redes de monitoramento.

4.4.3. Os Resultados

A Análise de Qualidade e Disponibilidade de água, utilizou os dados da rede de monitoramento da AGERH, composta por 27 (vinte e sete) estações, além da rede complementar do projeto composta por 57 (cinquenta e sete) pontos amostrais, 8 (oito) pontos de controle e 49 (quarenta



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e nove) pontos de análise. Esta rede complementar de dados de monitoramento foi definida de maneira a ampliar a cobertura de análise para áreas potencialmente afetadas pelo Programa Reflorestar. Nestes pontos, foram obtidos parâmetros quali-quantitativos de água do ano hidrológico de 2018/2019 em dois períodos distintos, período seco (agosto-setembro), e período chuvoso (dezembro-janeiro, 2018/2019).

Os parâmetros analisados foram divididos em físicos e químicos, estão no Quadro 4.

Quadro 4 – Parâmetros analisados na avaliação hídrica

Parâmetros	Análise	Unidade	Padrão Conama357/2005 Classe 1	Padrão Conama357/2005 Classe 2
Físicos	Temperatura da Água	°C	ND	ND
	Vazão	L/s	ND	ND
	Turbidez	NTU	40	100
	Condutividade Elétrica	pS/cm	ND	ND
	pH	-	Mín. 6; Máx. 9	Mín. 6; Máx. 9
	Oxigênio Dissolvido	mg/L	Mín. 6	Mín. 6
	Sólidos em Suspensão	mg/L	ND	ND
Químicos	Demanda Bioquímica de Oxigênio	mg/L	Máx. 3	Máx. 5
	Nitrogênio Total	mg/L	Máx. 2,18	Máx. 2,18
	Fósforo Total	mg/L	Máx. 0,1	Máx. 0,186
	Coliformes Totais	NPM/100ml	200	1000

Fonte: Elaboração própria.

Esta análise demonstrou níveis acima dos aceitáveis para os parâmetros de Coliformes Totais; Demanda Bioquímica de Oxigênio em diversos pontos, tanto no período seco quanto no chuvoso, principalmente na microrregião Noroeste e Nordeste do estado. Níveis baixos de Nitrogênio Total, Oxigênio Dissolvido e Fósforo Total também foram observados em resultados obtidos *in situ*. Em relação às análises de vazão, diversos cursos d'água apresentaram-se represados, impossibilitando suas medições, porém, nos pontos onde as medições foram tomadas, observaram-se variações significativas entre as duas campanhas.

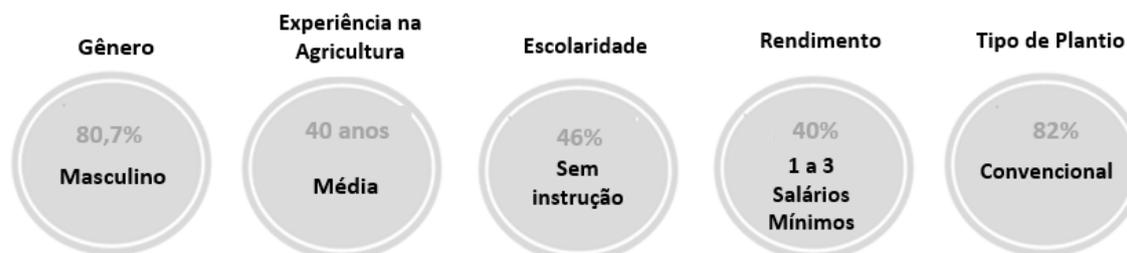
Os dados levantados na aplicação de questionário socioeconômico a proprietários rurais participantes do programa (tratamento) e a um grupo de não participantes (controle), realizada entre os meses de julho a novembro de 2018, permitiu a identificação do perfil do produtor rural atendido pelo programa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em síntese, 80,7% são homens, com idade média de 55 anos, com tempo médio de experiência na agricultura superior a 40 anos, residindo na localidade por mais de 30 anos, sendo que destes 46% são sem instrução, 40% com rendimento médio de 1 a 3 salários mínimos, e 82% realiza na propriedade plantio convencional como pode ser visto na Figura 13.

Figura 13 – Perfil do produtor rural atendido pelo programa



Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados mostraram que os participantes do programa possuem um elevado grau de satisfação e de conscientização a respeito da importância de sua contribuição individual para a preservação do meio ambiente.

A avaliação socioeconômica indicou que o Programa Reflorestar não foi capaz, até o momento, de produzir efeitos dinamizadores notáveis sobre as economias dos municípios nos quais houve adesão. Tal resultado não chega a ser surpreendente quando se considera a reduzida dimensão do programa frente aos municípios tratados. Por este motivo, foram encontrados resultados positivos especificamente sobre o valor adicionado da agropecuária, produção de café e valor da produção agrícola para os municípios com menor PIB per capita do estado (25% menores). Entretanto, as magnitudes desses efeitos são muito pequenas frente ao nível das variáveis: o maior deles foi de 0,27% sobre a produção de café e o menor de 0,08% sobre o Valor Adicionado da Agropecuária.

A análise sobre a Cobertura Florestal nas propriedades contempladas pelo Programa Reflorestar foi realizada considerando o período estabelecido entre os anos de 2012 a 2015, período relacionado à execução do estudo Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra 2012-2015 (Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA) para o estado do Espírito Santo, que permitiu a criação de uma linha de base de dados, que servirá como comparativo para futuras análises, quando um novo levantamento for realizado. Esta linha de base demonstra a predominância do cultivo de Eucalipto e de Pastagem. A nível de microrregiões, a Litoral-Sul se destacou com a maior área de Mata (Mata Nativa e Mata Nativa em estado Inicial de Regeneração), por outro lado, a microrregião Noroeste possui a menor área, requerendo assim maior atenção.

A pesquisa, inicialmente com previsão de término em abril de 2020, precisará ser estendida para que possam ser avaliadas as evoluções no uso e ocupação do solo nas propriedades rurais atendidas pelo Programa Reflorestar. Assim, foi aprovado, no Grupo Executivo, o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

estabelecimento do mapeamento a partir do novo imageamento, que está sendo finalizado neste momento.

4.5. Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Pesquisa coordenada pelo servidor Thiago de Carvalho Guadalupe¹⁶.

As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres previstas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2019 são: o Programa Patrulha Maria da Penha e o Programa Homem que é Homem.

4.5.1. Programa Patrulha Maria da Penha

4.5.1.1. A Política

O objetivo geral do Programa Patrulha Maria da Penha é colaborar para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Espírito Santo, por meio do atendimento às mulheres (visitas tranquilizadoras) em situação de violência doméstica que solicitaram Medida Protetiva de Urgência (MPU). O programa foi instituído pela Lei Estadual nº 10.585, em 26 de outubro de 2016.

Os objetivos específicos são o fortalecimento da Polícia Militar do Espírito Santo junto à Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a prestação de um serviço mais humanizado às mulheres através da formação e capacitação permanente dos policiais envolvidos no processo do programa.

Os órgãos responsáveis pela execução do Programa são a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), através das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), por meio da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária, envolvendo a Divisão Corporativa de Direitos Humanos e a Comissão de Elaboração de Protocolos, os Batalhões, Companhias Independentes e o Comando de Polícia Ostensiva (CPO).

O Programa funciona por meio de visitas tranquilizadoras às mulheres realizadas pela Patrulha Maria da Penha. O serviço da patrulha é apresentado à mulher por meio do Delegado(a) de Polícia na ocasião do registro da ocorrência policial e da solicitação da medida protetiva de urgência, na respectiva Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), ou quando necessário, nas Delegacias de Polícia (Distritos Policiais ou Delegacias de Plantão), sendo impreterível a autorização da mulher para a realização ou não das visitas tranquilizadoras.

¹⁶ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Doutorando em Política Social.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

É orientado aos batalhões que criem e estruturam a Patrulha Maria da Penha, que são guarnições específicas para esse serviço. Essas guarnições devem ser integradas por no mínimo 2 (dois) policiais, priorizando a participação de policial militar do sexo feminino - por entender que a mulher requerente da visita pode se sentir mais confortável com a presença de outra mulher - e por pelo menos 1 (um) deles com ensino superior, não podendo envolver policiais que respondem a algum tipo de processo administrativo disciplinar referente a violência doméstica e familiar. Os policiais designados para compor a patrulha são previamente capacitados e selecionados nos termos da Diretriz PMES nº 006/2017.

Para a realização das visitas é utilizada uma viatura automotiva específica e identificada, possuindo compartimento fechado que separa o agressor da vítima, quando necessário. Nas localidades que não possuam batalhões, as Unidades Operacionais devem indicar equipe(s) equivalente(s).

As Unidades da Polícia Militar que possuem Patrulha Maria da Penha são: 1º BPM em Vitória, 4º BPM em Vila Velha, 5º BPM em Aracruz, 6º BPM na Serra, 7º BPM em Cariacica, 8º BPM em Colatina, 9º BPM em Cachoeiro de Itapemirim, 12º BPM em Linhares e 13º BPM em São Mateus. As demais regiões atuam com equipes equivalentes.

O público alvo do programa são mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, que realizam registro da ocorrência policial e fazem requerimento da Medida Protetiva de Urgência (MPU).

4.5.1.2. A Avaliação

O tipo de avaliação foi a Análise Executiva e a metodologia utilizada contempla entrevistas em profundidade com os atores da política e a sistematização dos dados e registros administrativos do programa.

Os parceiros para a realização desse trabalho junto ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) foram a SESP e a PMES, por meio da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária.

A pesquisa teve início em março de 2018 e foi concluída em 2019. Os principais produtos entregues foram: modelo lógico do programa; matriz de análise SWOT; relatório de pesquisa completo¹⁷; e seminário com a apresentação dos resultados da pesquisa.

4.5.1.3. Os Resultados

Dentre os principais resultados da pesquisa destaca-se a Matriz SWOT que foi apresentada no Relatório Anual de Acompanhamento publicado em maio de 2019 (ESPÍRITO SANTO, 2019) e que foi base para Análise da política, que juntamente com as recomendações, é insumo para o aperfeiçoamento do programa, o que contribuirá para eficácia e aumento da qualidade do gasto público.

¹⁷ Disponível no sítio eletrônico <http://www.ijsn.es.gov.br/cma/publicacoes>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

As forças identificadas no programa revelam a boa organização e planejamento da equipe técnica envolvida, a maior sensação de segurança, aproximação da PMES com a comunidade, e o trabalho em parceria entre PMES e PCES. Também é fator positivo a frequência das capacitações para os patrulheiros, auxiliando o processo de fortalecimento e efetivação do programa assim como a possibilidade de informar às beneficiárias sobre a rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher do Estado.

Outro ponto importante, é o trabalho de prevenção primária nas escolas e outras instituições, mostrando a realidade trabalhada pelo programa e tentando minimizar as vitimizações futuras.

Os pontos fracos observados passam por questões de aprimoramento de relações, como a pouca integração com a rede sócio assistencial, problemas de preenchimento de cadastro (dados incompletos), a ausência de profissionais da assistência social e/ou psicologia e falta de divulgação do programa para toda a sociedade.

Ao analisar as oportunidades para a Patrulha Maria da Penha percebe-se a possibilidade de parcerias e convênios com outras instituições, devido a abrangência do programa. Há indicação de parcerias com instituições de ensino, convênios com prefeituras, guardas municipais, entre outros.

Dentre as ameaças identificadas no estudo destacam-se: a dificuldade de realizar visitas em bairros muito violentos, problemas de atendimento de instituições que deveriam ser parceiras do programa e a atual conjuntura da política nacional que influencia, inclusive, na possibilidade de investimentos externos chegarem ao programa.

A Matriz SWOT validada juntamente com a equipe da SESP e da PMES, permite o apontamento de sugestões, reforça as questões centrais da avaliação e sinaliza recomendações para melhor funcionamento do programa, dentre elas destaca-se:

- Melhoria do cadastro de ocorrências através da integração com as instituições parceiras assim como com a revisão dos dados coletados no intuito de viabilizar a realização das visitas e não afetar o serviço ofertado;
- Ampliação do investimento no programa de forma a não gerar prejuízos para o trabalho da patrulha;
- Promoção do alinhamento e integração entre os atores da rede de atendimento especializado de enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, com o propósito de minimizar a revitimização das mulheres. Durante a pesquisa foi observado que há delegacias que se negam a realizar Boletim de Ocorrência para casos de violência psicológica, atores integrantes da rede que não encaminham as mulheres para os serviços, ou as mandam e acabam não realizando a referência/contra referência;
- Realização de visitas com acompanhamento dos atores integrantes da rede de atendimento especializado e enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, principalmente membros da equipe do CRAS, tendo em vista, a necessidade



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de um acolhimento inicial, aliado a um acompanhamento psicológico das vítimas. Esse trabalho em conjunto traria importante ganho às visitas tranquilizadoras;

- Reestruturação do planejamento do programa no que tange ao número de revisitas. Crucial para se mensurar os limites do trabalho de visita da Polícia Militar, apontando o momento que o caso deve ser encaminhado para a rede sócio assistencial, que deve estar preparada para recebê-lo.

4.5.2. *Programa Homem que é Homem*

4.5.2.1. *A Política*

O Homem que é Homem teve seu lançamento em março de 2015 na Semana das Mulheres e os órgãos responsáveis por sua execução são a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), por meio da Seção de Projetos Educacionais, Prevenção e Estudo da Violência (SPEV), e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), tendo como objetivo geral realizar a prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero, a partir de uma política de educação e reflexão voltada para os homens autores de violência, em consonância ao § 5º do Art. 35 da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que dispõe: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: centros de educação e de reabilitação para os agressores”.

Os objetivos específicos são reduzir o índice de reincidência de violência doméstica, fortalecer a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, discutir o processo de construção de identidades masculinas, discutir o processo de construção das relações de gênero e promover a construção de recursos e habilidades não-violentas no âmbito das relações interpessoais, em especial, as conjugais e familiares.

O público alvo é formado por homens que cometeram violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme disposto no Art. 7º da Lei Maria da Penha. Excetuam-se homens que já cometeram feminicídio (por entenderem se tratar de crime mais complexo), que possuem envolvimento com o tráfico de drogas, adolescentes (pois são sujeitos em situação de desenvolvimento, precisam de atendimento diferenciado) e agentes de segurança pública (pois quando os mesmos estão no local podem provocar situações desconfortáveis).

O programa funciona a partir de grupos reflexivos, e realiza em média sete ciclos ao longo do ano. Cada ciclo é composto por cinco encontros com duração de uma hora e trinta minutos podendo variar para mais ou menos. Os grupos são realizados com no máximo 12 (doze) participantes por ciclo. Inicialmente foram contemplados 4 (quatro) municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) a saber: Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. Porém, a gestão do programa detectou necessidade de expansão para os municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes e Colatina. Nesses municípios o Programa é executado por



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

meio de cooperação técnica, sob coordenação do atual SPEV junto aos órgãos municipais, sendo os mesmos habilitados para a aplicação dos grupos reflexivos.

4.5.2.2. A Avaliação

O tipo de avaliação foi a Análise Executiva e a metodologia utilizada foi entrevista em profundidade com os atores da política e o acompanhamento presencial de um dos ciclos do grupo reflexivo realizados no ano de 2018. Os parceiros do IJSN para a realização desse trabalho foram a SESP e a PCES, por meio da Seção de Projetos Educacionais, Prevenção e Estudo da Violência (SPEV).

A pesquisa teve início em março de 2018 e foi concluída em 2019. Os principais produtos entregues foram: modelo lógico do programa; matriz de análise SWOT; relatório de pesquisa completo¹⁸; e seminário com a apresentação dos resultados da pesquisa.

4.5.2.3. Os Resultados

Os pontos fortes levantados, dentro do ambiente interno do programa, refletem em que a atual equipe técnica (multidisciplinar) conseguiu avançar nos últimos 4 anos. A metodologia do grupo reflexivo utilizada foi capaz de prender a atenção dos participantes, além de estimulá-los a participar do debate. Também ficou evidente na observação realizada, o cuidado com o espaço dos encontros, as temáticas, a divulgação da rede de serviços de atendimento e da Lei Maria da Penha.

O fato dos grupos reflexivos ocorrerem fora do horário de trabalho, no período da noite, foi considerado uma força devido a facilitar a participação dos homens autores de violência.

As fraquezas observadas apontam para dificuldades encontradas no funcionamento do programa dentro do ambiente interno do trabalho, questões que se resolvidas podem ampliar a eficácia do programa. Entre elas destacam-se: o reduzido número de encontros e de equipe limitada do programa; troca da equipe no meio do ciclo; poucas capacitações; falta de recursos financeiros do participante para custear as passagens a fim de ir aos encontros; entre outras.

As oportunidades do programa em âmbito externo revelam que existe um grande potencial de crescimento do trabalho desenvolvido. Para isso, aponta-se: maior integração da PCES com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher; multiplicação da metodologia do projeto com demais municípios do estado; o contexto atual de repercussão da violência contra as mulheres; além de diversos tipos de parcerias.

Os fatores que ameaçam o programa trazem questões de conjuntura política, que podem desmobilizar o trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos, quanto ao enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Foram identificadas, também, questões

¹⁸ Disponível no sítio eletrônico <http://www.ijsn.es.gov.br/cma/publicacoes>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

culturais, em um espectro conservador, que dificultam o debate sobre gênero e sobre uma cultura menos punitivista em nosso país.

Também foi observado que a equipe teve um curto prazo para a elaboração do programa. Outras dificuldades tratam das tarefas de compreender a dinâmica das delegacias e de trabalhar com o homem agressor, com poucos profissionais com perfil para este tipo de trabalho.

Diante do exposto, lista-se a seguir sugestões/recomendações para o aprimoramento do Programa Homem que é Homem:

- Criação de um Manual de Padronização de Procedimentos para o Grupo Reflexivo Homem que é Homem. Esse manual de procedimentos poderá viabilizar a uniformização de procedimentos para estruturação, funcionamento e avaliação do Grupo. Esse instrumento poderá servir também como um importante auxílio na demanda de expansão para outros municípios, servindo de aporte para as equipes que irão conduzir os grupos;
- Disponibilização de material informativo, incluindo a Lei Maria da Penha, juntamente com a relação dos serviços disponibilizados pela rede de atendimento CRAS e CREAS para equipe técnica condutora dos ciclos;
- Divisão da condução do ciclo pela equipe de modo que a mesma equipe acompanhe todo o ciclo, uma vez que a troca de profissionais no meio do ciclo interrompe o trabalho já iniciado;
- Ampliação da equipe de referência com outros profissionais, como: sociólogos, antropólogos, filósofos e historiadores;
- Capacitação profissional contínua para a equipe técnica condutora dos ciclos;
- Reestruturação dos ciclos para ampliar número de encontros;
- Obtenção de espaço físico exclusivo para o programa, para realização dos planejamentos, estudos, reuniões da equipe, e até mesmo, para os próprios ciclos dos grupos reflexivos.
- Sistematização do mecanismo de monitoramento dos homens que participaram do programa e também, acompanhamento daqueles que não aderiram, formando um grupo de controle, que permitiria estudos de Avaliação de Impacto do programa;
- Ampliação dos investimentos financeiros no programa, com priorização da implantação do vale transporte social;
- Inclusão de um homem na equipe técnica, e posterior avaliação com o propósito de verificar se sua ajuda na condução dos grupos aumenta a participação dos beneficiários nos debates;
- Análise dos prós e contras da obrigatoriedade da participação do beneficiário em todos os encontros do grupo, atualmente o homem infrator só é obrigado a participar do primeiro encontro, os demais são opcionais. Caso o grupo considere pela obrigatoriedade, buscar parceria com o Ministério Público;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Revisão das estratégias de disseminação do programa, realizando-o em outros espaços, como escolas, igrejas, empresas, etc.

4.5.3. *Os Resultados*

As avaliações das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Espírito Santo, através do formato de Análise Executiva, foram incluídas como pauta da linha de estudos da Segurança Pública desde o primeiro ano do SiMAPP e sua manutenção demonstra o quanto essa é uma agenda prioritária no estado.

A implantação e avaliação dos programas presentes neste documento, converge para:

- a diretriz da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVCM) de implementar medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial nas áreas de saúde, educação, assistência, turismo, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça;
- o objetivo da PNEVCM de proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento e
- as ações e prioridades da PNEVCM de garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais (combate e garantia de direitos); e garantia da segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2011)

Dessa forma, diante da análise e recomendações, apresentadas nas seções 4.5.1.3 e 4.5.2.3, observa-se diversos pontos em comum quando se trata da avaliação dos programas Homem que é Homem e Patrulha Maria da Penha. Ambos entraram em execução na mesma época, entre os anos de 2015 e 2016, quando o Espírito Santo ocupava o primeiro lugar no ranking nacional de homicídio de mulheres. Com isso, os dois programas não tiveram muito tempo de planejamento, e acabaram começando a funcionar sem estudos mais aprofundados dada a urgência de enfrentamento da realidade.

Há de se destacar, que apesar do contexto mencionado, as equipes técnicas vêm obtendo êxito desde a implantação dos programas, mesmo com as dificuldades de equipe e recursos materiais identificados. Tanto o Programa Homem que é Homem, quanto o Programa Patrulha Maria da Penha, atingem importantes resultados seja com o homem autor de violência, seja com a mulher vítima da mesma, no entanto, se recebessem mais investimento se ampliariam os resultados potenciais.

Necessário destacar que o Patrulha Maria da Penha resultou da adaptação de um serviço anterior, enquanto o Homem que é Homem foi concebido como um serviço inteiramente novo. Essa distinção se faz notar nos diferentes estágios de maturação das normativas e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

procedimentos referentes a cada um dos Programas, restando mais necessárias mudanças e adaptações ao segundo.

4.6. Funcultura

Pesquisa coordenada pela servidora Ligia da Motta Silveira Borges¹⁹.

4.6.1. A Política

O Fundo de Cultura do Espírito Santo (Funcultura) foi criado em 2008 por meio da LCE nº 458/2008²⁰ e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.155-R/2008²¹. Desde então, é o principal mecanismo do governo do estado do Espírito Santo para implementação de políticas públicas voltadas ao campo cultural e ocupa posição estratégica no estado para garantia e promoção democrática de acesso, produção, circulação e difusão da cultura e seus bens. É por meio do Fundo que o estado incentiva e valoriza a diversidade cultural e artistas locais, bem como a preservação e a manutenção do patrimônio material e imaterial capixaba, impulsionando o desenvolvimento social e econômico no Espírito Santo.

Para tanto, os recursos do Fundo podem ser captados em diversas fontes, sendo a principal o Tesouro Direto Estadual. Os recursos são aplicados em projetos, ações e programas baseados nas três dimensões da cultura: I) cultura como expressão simbólica de um povo; II) cultura como direito e cidadania e III) cultura como economia que gera renda e trabalho.

Os interessados em executar projetos dessa natureza devem inscrevê-los no edital escolhido pelo candidato, sendo os projetos selecionados por uma Comissão Julgadora constituída por especialistas em cada segmento artístico-cultural e não pertencentes ao quadro técnico da Secretaria da Cultura (SECULT).

A gestão do Funcultura está a cargo da SECULT, que é responsável pela abertura dos editais e pela seleção de membros para as Comissões Julgadoras, assim como pelo acompanhamento do processo de seleção de projetos até o pagamento do prêmio.

A abertura dos editais é feita a partir das diretrizes do Governo do Estado e do Conselho Estadual de Cultura (CEC), instância representativa dos setores culturais do Espírito Santo mais antigo que a própria SECULT, que consiste em um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, de direção superior. Por meio de suas Câmaras são realizadas análises e estudos, emitidos pareceres e orientações técnicas que dão as diretrizes para votações e deliberações do CEC, por conseguinte, de sugestões para ações públicas de fomento e incentivo à cultura.

¹⁹ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Mestre em Informática.

²⁰ Lei Complementar Estadual nº 458, de 21 de outubro de 2008.

²¹ Decreto Estadual nº 2.155-R, de 04 de novembro de 2008.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.6.2. A Avaliação

A Análise Executiva da Política teve início em julho de 2019 e tem término previsto para 2020. O objetivo é apresentar um diagnóstico inicial, mas ao mesmo tempo abrangente, do desempenho da política pública em seus aspectos de desenho, processos e resultados. Espera-se, ao final, conhecer os pontos fortes e fracos da política, de modo a embasar recomendações sobre possíveis ajustes, inclusive indicações para avaliações mais aprofundadas posteriores.

A metodologia da pesquisa consiste em coleta e sistematização de dados administrativos, entrevistas com os gestores da política, identificação de problemas e potencialidades (usando matriz SWOT), descrição do modelo lógico e mapa de indicadores de monitoramento.

As informações foram coletadas por meio de pesquisas documentais, fontes bibliográficas e dados abertos e/ou disponíveis em sites institucionais. A principal fonte é a prestação de contas da SECULT referente à relação de projetos contemplados, a qual se dá por meio de sítio eletrônico. Desta forma, assegura-se a veracidade e a lisura da base consultada, bem como a precisão das informações.

A análise compreende o período entre os anos 2009-2018, portanto, desde o início da execução do Funcultura, sendo o limite superior decorrente do fechamento e tabulação das informações pertinentes aos editais.

Desde o início das ações de fomento e incentivo à cultura e à produção de serviços culturais no Espírito Santo por meio do Funcultura, as equipes da SECULT ligadas diretamente à elaboração dos editais têm se preocupado com os diversos campos de abrangência da cultura. Assim, para entender a destinação dos recursos ao longo dos 10 anos de existência do Fundo, em 2019 foi realizado um esforço interno à Secretaria de reflexão e categorização dos editais que resultou nas 9 categorias técnico-analíticas (Figura 14).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 14 - Categorias técnico-analíticas do Funcultura



Fonte: Elaboração própria.

No período de 2009 a 2018 foram contemplados 3.132 projetos distribuídos por 290 editais do Funcultura. Quanto aos valores distribuídos, considerando o valor dos prêmios sem correção monetária, foram entregues aproximadamente R\$ 71,9 milhões para a execução dos projetos selecionados. Estes dados foram compilados em relatório parcial que está em fase de validação.

Com o intuito de permitir a comparabilidade dos dados, as análises a seguir são realizadas com os valores monetários corrigidos pela inflação (R\$ 90,1 milhões em prêmios), ou seja, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²².

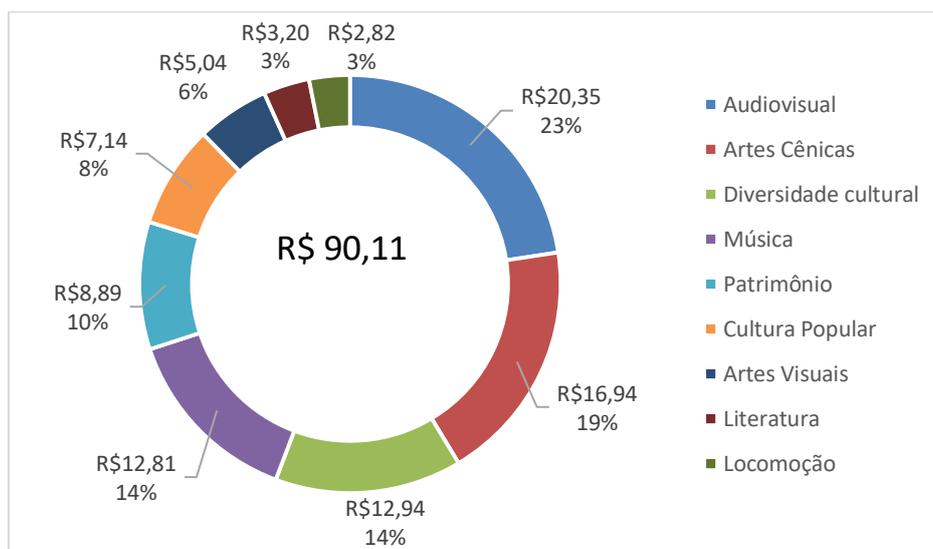
No período de 2009 a 2018 é possível observar a distribuição dos valores dos prêmios por categoria ao longo dos 10 anos do Funcultura. Considerando os valores deflacionados, o total foi de R\$ 90,1 milhões, dos quais 70% foram destinados à 4 categorias: Audiovisual (23%), Artes Cênicas (19%), Diversidade Cultural (14%) e Música (14%). Uma das razões para este destaque é a característica intrínseca da produção de bens e serviços culturais em cada categoria, portanto, sendo esperado que os maiores volumes em prêmios sejam alocados como apresentado na Figura 15.

Figura 15 - Prêmios de editais do Funcultura por categoria, total (milhões) e percentual, 2009-2018

²² Foi utilizado o valor acumulado para cada ano, sendo o mês de agosto a referência para 2019. Fonte: IBGE: <http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html>. Acesso em: 30 out. 2019.



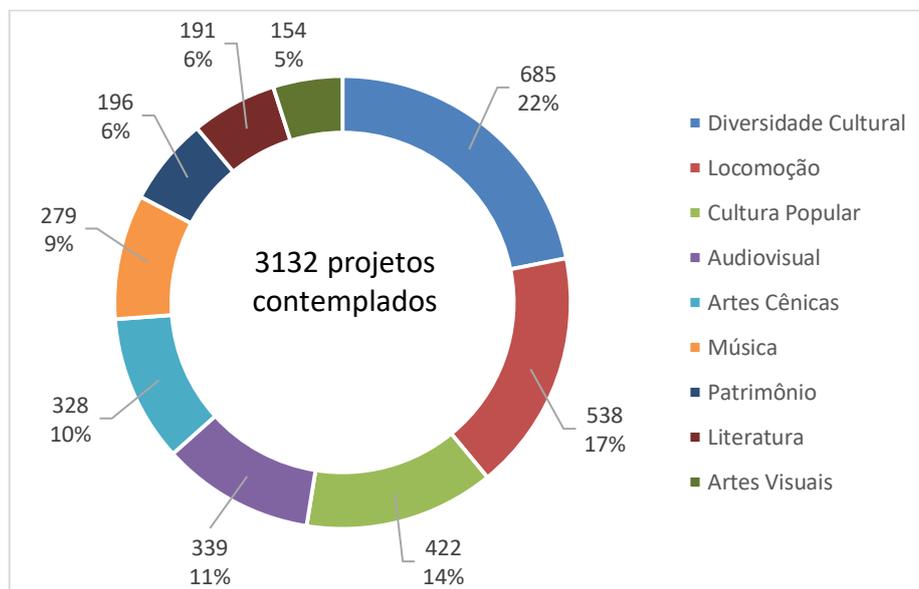
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: SECULT (2019); Elaboração própria.

Quanto ao número de projetos contemplados, a Figura 16 mostra uma inversão nos percentuais, se considerado o cenário observado por valores. Mesmo estando em último lugar entre as categorias por número de valores entregues, Locomoção ocupa o segundo lugar em quantidade de projetos com 538 que corresponde a 17% do total de projetos contemplados entre 2009 e 2018. Também Audiovisual, que estava em primeiro lugar em valores recebidos, passa a ser o quarto quando se considera o quantitativo de projetos, com 339 projetos contemplados (11%).

Figura 16– Projetos contemplados em editais do Funcultura por categoria, total e percentual, 2009-2018



Fonte: SECULT (2019); Elaboração própria.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Os mesmos dados (número de projetos contemplados e valores) analisados por ano, desde o início do Funcultura em 2009 até o ano de 2018 (último ano que cujos dados estão consolidados) podem ser vistos na figura 17 abaixo.

Figura 17 – Valor real (milhões) dos prêmios e projetos entregues por meio de editais do Funcultura por ano, 2009-2018



Fonte: SECULT (2019); Elaboração própria.

Como é esperado, pode-se observar que o início se deu com o menor prêmio entregue (R\$ 4,64 milhões) e com o passar do tempo ocorreu o fortalecimento da política cultural no Espírito Santo, maior divulgação, dentre outros fatores, o que resultou no aumento do valor dos prêmios entregues por ano.

Além da análise dos dados, foram realizadas também entrevistas com gestores da política que atuam nas diferentes fases de sua implementação, desde a elaboração dos editais até o acompanhamento dos projetos.

Os próximos passos da Avaliação serão a descrição do modelo lógico da política e na sequência a elaboração da Matriz SWOT. A pesquisa está prevista para ser concluída em 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.7. Rede Cuidar

Pesquisa coordenada pelo servidor Frederico Guilherme Nogueira.²³

3.7.1. A Política

O programa Rede Cuidar consiste em um novo modelo de cuidado à saúde, integrando a Atenção Primária à Saúde (APS), Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) e Atenção Hospitalar (AH) em uma base regional para tornar o atendimento especializado mais próximo do cidadão, bem como prevenir ou diminuir o risco de incidência de doenças crônicas. Este modelo de atendimento é organizado em conjunto com as prefeituras das quatro regiões de saúde do estado (Norte, Central, Metropolitana e Sul) e é formado por profissionais atuantes na APS e AAE.

Uma das premissas do modelo da Rede Cuidar é a interligação da atenção especializada e dos sistemas municipais de saúde (atenção primária) das quatro regiões de saúde do estado visando contribuir para a redução da mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por meio do aumento da prevenção, da redução de riscos e da atenção mais próxima aos doentes crônicos. A Unidade Básica e a Unidade Cuidar (especializada) devem trabalhar juntas para acompanhar todos os passos do paciente, sendo certo afirmar que a comunicação entre esses dois níveis de atendimento é fundamental para que a Rede Cuidar funcione e haja um serviço de qualidade.

Outros dois pontos importantes para o funcionamento do Programa são a utilização de protocolos médicos padronizados e a combinação entre cuidados profissionais e o autocuidado apoiado. Assim, durante o atendimento na Unidade Cuidar, há construção de um plano de cuidados individualizado, compartilhado entre o paciente e os profissionais envolvidos no atendimento. Esse plano apresenta as orientações sobre alimentação, mudanças de hábitos, exercícios e medicamentos.

Finalmente, em relação ao público-alvo, a Rede Cuidar tem como população potencial todos aqueles que são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os critérios de focalização do programa definem como população alvo os portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especificamente: diabetes, hipertensão, câncer ginecológico, além de mulheres com gestação de risco. Como critério de priorização, somente os pacientes classificados como risco alto ou muito alto são encaminhamentos para a Unidade Cuidar, compondo a população beneficiária.

3.7.2. O Monitoramento

O projeto de pesquisa teve como objetivo desenvolver um plano de monitoramento capaz de captar a principal finalidade do programa, que é a melhoria das condições gerais de saúde, ou

²³ Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais, Mestre em Inteligência Artificial.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

seja, o aumento da proporção de pessoas de classificação de risco baixo. Para que isso fosse possível, o monitoramento deveria prever não apenas a coleta de indicadores, mas uma forma de visualização comparativa das proporções de cada estrato de risco. Assim, o desafio foi o de desenhar a estrutura de acompanhamento dos indicadores para que fosse possível captar a melhora nos níveis de saúde da população.

Esse objetivo foi traçado a partir da avaliação de que os indicadores de outras etapas do programa (insumos, produtos, resultados e ações), majoritariamente relacionados ao quantitativo das entregas feitas, já eram monitorados pela Secretaria de Saúde (SESA) - inclusive para consolidação pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Entretanto, ainda faltava uma metodologia capaz de apresentar os indicadores de resultados e impactos de acordo com o verdadeiro sentido do Programa.

A pesquisa, iniciada em março de 2018, foi executada em parceria com a SESA, cujos técnicos acompanharam o desenvolvimento do desenho de monitoramento a partir de reuniões periódicas de validação.

Para a construção de tal desenho, foi realizada uma análise inicial a respeito do Programa e dos seus objetivos finais. Em seguida, estudou-se a teoria que embasa o Programa, apresentada no trabalho de Eugênio Vilaça Mendes (2015). A partir da compreensão sobre o arcabouço conceitual, a metodologia envolveu a construção de duas propostas simultâneas de monitoramento, uma sendo a “solução ideal” - construída sem que se pensasse nas possíveis limitações de dados, e uma “solução factível” - que considerava apenas bases de dados já existentes. Com o desenvolvimento da pesquisa, descobriu-se (em visita técnica à Unidade Cuidar em Nova Venécia) que a SESA e a Rede de Saúde dos Municípios (APS) já coletam as informações necessárias para operacionalização da “solução ideal”, que, portanto, foi a apresentada para a Secretaria.

O resultado final do desenho de monitoramento foi apresentado em agosto de 2018, com posterior validação com as equipes internas, gerência e subsecretaria da SESA. Após a solução proposta foi ratificada pelo Secretário de Saúde, Secretário de Economia e Planejamento e Diretor-presidente do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST).

O Sumário Executivo foi elaborado e o desenho para o monitoramento da política foi revalidado com a nova equipe da SESA. O relatório final será entregue em 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4. Considerações Finais

A expansão das ações de monitoramento e avaliação - M&A de políticas públicas no Brasil se deu principalmente devido aos organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, que passaram a exigí-la como condição para a disponibilização de recursos, introduzindo, a partir de então, os clássicos termos de eficiência, eficácia e efetividade. Mesmo assim esta expansão da M&A ainda pode ser considerada descontínua e pontual.

O Espírito Santo foi pioneiro no âmbito nacional quando implantou uma sistemática de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Esta inovação, tornada norma legal pela Assembleia Legislativa do Estado, é uma iniciativa concreta que aponta na direção dos avanços institucionais no funcionamento do setor público e em reformas de modernização e racionalização fiscal que hoje são uma exigência da sociedade brasileira.

O objetivo principal é ser capaz de aprender com a experiência, corrigir rumos e reorientar o trabalho sempre que ficar demonstrado ser necessário. Além disso, promover e consolidar uma cultura de elaboração e aprimoramento das políticas públicas com base em evidências.

A tomada de decisão baseada em evidência pressupõe um trabalho sinérgico e cooperativo entre as entidades do setor público, independente de orientações políticas e mudanças de gestão. Neste cenário, o IJSN, que completa 45 anos em 2020, contribui com o rigor técnico garantidor de qualidade e imparcialidade na condução do M&A.

O SiMAPP continua sendo um desafio para todos os envolvidos. Este segundo ano trouxe a entrada de novos gestores, o que permitiu retomar as ações de divulgação necessárias ao caráter colaborativo do sistema e rerepresentar os benefícios da aplicação deste tipo de sistemática.

Este relatório apresentou os avanços nas pesquisas, tendo concluído uma Análise Executiva e um desenho de monitoramento além de mostrar a proximidade do desfecho das demais avaliações previstas, assim como na construção de uma estratégia para divulgação dos resultados.

Por fim, considerando que o SiMAPP é monitorável, o aprendizado advindo desse segundo ciclo gerou insumos para o aprimoramento do próprio sistema, o que, como consequência contribuirá com o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 10.744, de 05 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 4202-R, de 09 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/HandlersConsulta/DownloadArquivo.ashx?idDoc=35623&tip oDo>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 4409-R, de 12 de abril de 2019. Dispõe sobre as normas que regulamentam o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo, instituído pela Lei Estadual nº 10.744, de 05/10/2017, e dá outras providências. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://ioes.dio.es.gov.br/busca#/p=1&q=%22Plano%20Estadual%22&di=20190401&df=20190430&f=true>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Espírito Santo (SiMAPP). Vitória, 2018. (Nota Técnica, n. 56). Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5181-nt-56-sistema-de-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-do-estado-do-espírito-santo-simapp>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação. Vitória, 2019. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5341-relatorio-anual-de-monitoramento-e-avaliacao>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5470-politica-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-estado-do-espírito-santo>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. A construção social da atenção primária à saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SOSSAI, M. F.; PLATAIS, G. H.; JÚNIOR, J. A. M.; NOVELLI, F. Z.; BELOTI, T. Restauração de paisagens florestais no Estado do Espírito Santo - Brasil: de projetos-piloto a política estadual de restauração em larga escala. In: Moraes, M. A. (Org.). Restauração de florestas e paisagens no Brasil. Brasília: UICN, 2016. Disponível em: Acesso em: 24 out. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

